



Realização:



Apoio:



**XVII CIC
X ENPOS**

Conhecimento sem fronteiras
XVII Congresso de Iniciação Científica
X Encontro de Pós-Graduação
11, 12, 13 e 14 de novembro de 2008

Banco da Terra ou Terra do Banco? Análise da inadimplência de contratos do Banco da Terra no Brasil e Rio Grande do Sul.

Autor(es): SILVA, Médelin Marques da; SILVA, Fernanda Novo da; CALDAS, Nádia Velleda; VALENTE, Glaciele Barbosa; SACCO DOS ANJOS, Flávio

Apresentador: Médelin Marques da Silva

Orientador: Flávio Sacco dos Anjos

Revisor 1: Antônio Jorge Amaral Bezerra

Revisor 2: Mário Duarte Canever

Instituição: Universidade Federal de Pelotas

Resumo:

Os anos 90 coincidem com o estabelecimento de uma nova estratégia de atuação do Banco Mundial (BIRD) no que afeta as políticas fundiárias junto aos países em desenvolvimento. Tradicionalmente isso se dá pela via da desapropriação por interesse social. Já a proposta do BIRD adotada em diversos países (África do Sul, Colômbia, Honduras, México, Malauí e Brasil), baseia-se em programas de crédito fundiário, que envolvem o financiamento público das operações de compra de terras por parte de parceiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários. Esse é precisamente o caso do Cédula da Terra, Banco da Terra e, mais recentemente, do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Tais programas surgiram a partir do final dos anos noventa durante o governo Fernando Henrique Cardoso, beneficiando mais de 25 mil famílias rurais, num montante de recursos estimados em R\$ 1,56 bilhão. Apesar da relevância social, política e econômica desta política pública, pouca informação se dispõe sobre a situação dos projetos e das famílias beneficiadas, precisamente com relação ao cumprimento do cronograma de pagamentos das parcelas junto ao Banco, transcorrido os 3 anos de carência. A recente divulgação de levantamento das operações de crédito rural por parte da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) abriu a possibilidade de analisar a situação desses contratos tanto no âmbito do país quanto dos Estados e municípios. É esse o objetivo deste trabalho, que se insere no contexto dos dados e informações vinculados à dissertação de mestrado a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Os dados foram obtidos junto à SPE/MF e tabulados visando os recortes de interesse. A pesquisa mostrou que no plano nacional o índice de inadimplência ascende a 21,4% do total de contratos, se consideramos os três programas (Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário). Mas há diferenças substanciais entre os mesmos. Assim, enquanto que no caso do Cédula da Terra a inadimplência atinge 45,5% dos 613 contratos firmados até 2004, no Banco da Terra esse mesmo índice atinge 28% dos 17.221 contratos. Já para o Crédito Fundiário a inadimplência alcança apenas 3,9% dos 7.266 contratos. No Rio Grande do Sul a inadimplência do Banco da Terra atinge 23,5% dos contratos, havendo marcadas diferenças entre suas mesorregiões. Enquanto no nordeste riograndense ela atinge 19,36% dos contratos, no sudoeste riograndense ela é máxima (40,9%).